

## ACTAS DO CONSELHO GERAL

**Reunião:** 04/CONSELHO GERAL  
**Data:** 04/03/2009  
**Hora:** 11:00  
**Local:** Avenida da Liberdade, n.º 196, 8.º, em Lisboa

**Presenças:** Dr. Emílio Rui Vilar (Presidente do Conselho) por si e em representação do  
Dr. Artur Santos Silva  
Dr.ª Maria do Carmo Vieira da Fonseca  
Dr. Diogo Homem Lucena  
Eng.º Francisco de la Fuente Sanchez  
Dr. Manuel Alves Monteiro  
Dr. Pedro Rebelo de Sousa.

**Da Direcção:** Eng.º João Talone (Presidente da Direcção)  
Dr.ª Maria Luísa Antas  
Doutor Carlos Ferreira Alves  
Dr. Octávio Castelo Paulo.

**Presentes em representação:**

Dr.ª Luzia Gomes Ferreira (em representação do Eng.º Paulo Teixeira de Azevedo)  
Eng.º João de Mello Franco (em representação do Dr. Henrique Granadeiro)  
Eng.º Artur Lourenço (em representação do Eng.º José Penedos).

Reunião secretariada por Marco Binhão

---

### ORDEM DE TRABALHOS

1. Aprovação da acta da reunião anterior;
  2. Apreciação do Relatório e Contas do IPCG relativo ao exercício de 2008;
  3. Análise da Convocatória da Assembleia Geral;
  4. Apreciação do Projecto de Código de Bom Governo das Sociedades;
  5. Outros assuntos de interesse do Instituto.
- 

Verificadas as presenças acima referidas o Dr. Emílio Rui Vilar, Presidente do Conselho, deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes e a Direcção do Instituto.

## **Aprovação da acta da reunião anterior**

Não havendo alterações à minuta feita circular entre os membros do Conselho Geral, foi aprovada por unanimidade a acta da reunião anterior.

### **1. Apreciação do Relatório e Contas do IPCG relativos ao exercício de 2008**

Após breve apreciação da actividade do IPCG no ano de 2008, o Dr. Emílio Rui Vilar deu a palavra ao Eng.º João Talone, Presidente da Direcção, que começou por fazer o ponto da situação do mandato desta Direcção. Depois de uma breve explanação da actividade prosseguida no ano de 2008, o Eng.º João Talone enunciou as prioridades de actuação fixadas por esta Direcção e aprovadas em reunião anterior do Conselho que foram desenvolvidas no ano de 2008.

Após esta intervenção do Eng.º João Talone, o Dr. Emílio Rui Vilar deu a palavra aos membros do Conselho Geral para se pronunciarem sobre o Relatório e Contas de 2008 e a eventual emissão de recomendação do Conselho à Assembleia Geral para o aprovar. Colocado à votação foi aprovado sem votos contra e sem abstenções recomendar à Assembleia Geral a aprovação do relatório e contas do Instituto apresentado pela Direcção relativo ao ano de 2008, documento que é anexado à presente acta.

### **2. Análise da convocatória da Assembleia Geral**

Tendo sido dada a palavra à Direcção a respeito do ponto dois da ordem de trabalhos da convocatória da Assembleia Geral o Dr. Octávio Castelo Paulo, vogal da Direcção, esclareceu o Conselho das razões que justificam a proposta da Direcção de alterar o art. 22.º, n.º 1, dos Estatutos, no sentido de harmonizar o regime da duração dos mandatos do Conselho Fiscal com a duração dos mandatos dos demais órgãos do Instituto. A proposta não foi objecto de oposição por parte de qualquer membro do Conselho.

Quanto ao ponto três da ordem de trabalhos da convocatória da Assembleia Geral, a Direcção informou que verificando-se que em Outubro de 2008, a Galp Energia, S.A., aceitou o convite para associar-se como Associado Patrocinador do Instituto, foi só por lapso que a eleição da Galp Energia, S.A. para o Conselho Geral não foi incluída na convocatória da reunião da Assembleia Geral que se segue.

O Conselho não se opôs à eleição da Galp Energia e da ZON Multimédia como membros do Conselho.

### **3. Apreciação do Ante-Projecto de Código de Bom Governo das Sociedades**

O Dr. Emílio Rui Vilar, também Presidente da Comissão que elaborou o Ante-Projecto do Código, dando início ao debate sobre o Código, apresentou-o nos seus aspectos principais, frisando a oportunidade de Portugal passar a ter um Código de Bom Governo das Sociedades com origem na sociedade civil. Referiu também que, na preparação do projecto, houve oportunidade de ponderar os normativos semelhantes considerados bons exemplos, relevando a importância do levantamento efectuado das normas de *corporate governance* em alguns países da União Europeia e nos Estados Unidos da América. O Dr. Emílio Rui Vilar salientou ainda que se procurou que o Código fosse abrangente e completo, ao nível dos mais exigentes padrões europeus.

Em seguida deu a palavra à Direcção que, pelo seu vogal Doutor Carlos Ferreira Alves, também membro da Comissão do Código, frisou o elevado padrão de exigência e o objectivo de compleição que nortearam os trabalhos da Comissão e que caracterizam as recomendações do Código.

O Eng.º João Talone esclareceu que incluída na ordem de trabalhos da Assembleia Geral está apenas a apresentação e o início do período de consulta pública e debate sobre o Ante-Projecto do Código.



Instituto Português de Corporate Governance

O Eng.º João Mello Franco colocou em debate a exequibilidade, face à exigência e à abrangência das matérias do Código, do cumprimento do *comply or explain* relativamente ao código na plenitude, tendo a questão sido debatida.

Em seguida debateu-se o cumprimento do Código pelas Pequenas e Médias Empresas, concluindo-se que estas dificilmente estarão em condições de *cumprir à letra* as recomendações do Código. Por esta razão, o que se prevê é que tenham em consideração o cumprimento dos princípios gerais enunciados relativamente a cada tema objecto do Código e que os desenvolvam na sua organização, adaptando-os, com carácter de gradualidade, às respectivas condições concretas.

Foi recomendado também que o debate deve ser dirigido de modo a envolver os accionistas das empresas visadas.

Foram focados aspectos do processo de consulta pública e de debate da iniciativa do IPCG, nomeadamente, que fossem efectuadas consultas e contactos junto de bancos, seguradoras e associações representativas destes sectores, tendo em vista que os bancos e seguradoras em Portugal adoptem o Código como seu. Pretende-se igualmente que o debate abranja as academias, universidades e institutos de ensino superior interessados.

O Dr. Pedro Rebelo de Sousa defendeu que o Instituto está agora dotado com um documento que lhe permite ter uma atitude mais activa, assumindo-se como a voz da sociedade civil nas matérias de corporate governance.

O Eng.º João Talone referiu-se ao cuidado que o Instituto deve ter na emanção de opinião pública e no debate que suscitar, tendo em atenção, no âmbito do Código, a necessária descodificação para as Pequenas e Médias Empresas, posto que a exigência do Código pode sufocar o debate entre as Pequenas e Médias Empresas as quais se pretende que estejam também envolvidas no debate. Concluindo, Eng.º João Talone referiu que o pior cenário será o de se não suscitar ou afastar a participação das Pequenas e Médias Empresas no debate e que a orientação deve ser a de convencer quem não puder cumprir na íntegra com as recomendações do Código do Instituto pelo menos venha a observar um Código próprio que respeite o essencial dos princípios em que se funda aquele outro documento.

Antes de concluída a reunião foi aprovado por todos os membros do Conselho Geral presentes um voto de louvor à actual Direcção e um voto de louvor à Comissão que redigiu o Ante-Projecto de Código.

Nada mais havendo a deliberar, os trabalhos foram dados por encerrados às 12h00 tendo sido lavrada a presente acta que contempla todas as deliberações desta reunião e é assinada por todos os presentes.